

Rio

CRIME EM SANTA CRUZ

Investigado por clonagem é morto

Vítima tinha sido presa em 2015 por integrar quadrilha que roubava veículos



CASO MARIELLE E ANDERSON

# A TÁTICA DE 'ENXUGAR'

## Miliciano preso acusa delegado e promotor de enfraquecer investigações; ambos negam

RAFAEL SOARES

rafael.souares@globo.com.br

Entrega de dinheiro dentro da delegacia, trocas de informações para investigados e inquéritos sabotados. Em depoimento ao Ministério Público do Rio e gravado em vídeo, o miliciano Orlando Oliveira de Araújo, o Orlando Curica, acusou o delegado Rivaldo Barbosa, preso por suposto envolvimento no homicídio de Marielle Franco e Anderson Gomes, de ter transformado a Delegacia de Homicídios (DH) num balcão de negócios. Araújo afirmou aos promotores que Barbosa recebia propina para não elucidar assassinatos cometidos pela máfia do jogo do bicho e disse que chegou até a vender um carro para pagar R\$ 18 mil ao delegado e, assim, se livrar de uma acusação de posse ilegal de arma.

"Houve uma busca e apreensão na minha casa e foi achada uma pistola, só que eu não estava em casa. E eles fizeram contato comigo dizendo que iam botar a responsabilidade da arma na minha mulher. Eles me pediram R\$ 20 mil, o doutor Rivaldo. Na época, eu tinha uma Palio preta; eu consequi vender por 18 mil e mandei o dinheiro pra DH. Esse dinheiro foi junto com o advogado. Ele nunca mais me chamou em inquérito. O inquérito de 2013 e está no sistema até hoje, sem solução", disse Araújo aos promotores, em 2018.

Antes de falar com o Ministério Público, o miliciano havia sido apontado como um dos mentores da execução de Marielle por



Investigação. A sede da Delegacia de Homicídios da Capital, na Barra da Tijuca, entrega de dinheiro da contravenção é feita por policial, diz miliciano

uma testemunha "plantada" para prejudicar a investigação: o PM Rodrigo Ferreira, o Ferreirinha, seu rival na disputa por favelas de Jacarepaguá. Nos anos seguintes, a PF descobriria que o relato de Ferreirinha era uma farsa elaborada pelos mandantes do homicídio de Marielle para prejudicar a investigação. Na época do depoimento, no entanto, Araújo ainda achava que poderia ser condenado pelo crime e, por isso, resolveu contar o que sabia sobre a atuação de quadrilhas de matadores de aluguel do Rio, homicídios nunca esclarecidos pela polícia e sobre a corrupção no Delegacia de Homicídios e no Ministério Público.

Segundo Araújo, a corrupção na delegacia se intensificou a partir de 2015, quando Barbosa assumiu a direção da Divisão de Homicídios. "Ele passou a chefiar as três DHs. E como se fosse uma Polícia Civil dentro da Polícia Civil. Era muito mais fácil para você extorquir. O que a contravenção faz? Ela faz jogo e ela mata. E o que é mais grave? Você pega o cara sentando ali e escrevendo um jogo do bicho ou você ter que acusar o bicheiro de um homicídio?" (...) A contravenção nunca parou de matar. A diferença é que ela hoje não é investigada", contou o miliciano. Araújo conhece os meandros da

máfia do jogo: ele era amigo e braço direito do também PM reformado Geraldo Antônio Pereira, apontado como sócio do capo Rogério Andrade na exploração de máquinas caça-níqueis em Jacarepaguá. Pereira foi executado em 2016. O crime, nunca esclarecido, é um dos vários sobre os quais hoje pairam suspeitas de corrupção.

**R\$ 30 MIL POR MÊS**  
O miliciano ainda afirmou que remessas de dinheiro provenientes da contravenção eram entregues mensalmente dentro da DH por um policial civil. "Bom, você tinha um policial civil contratado no nome da delegacia da Polícia Civil. Então você tinha tranquilidade para fazer essa entrega. Entendeu? Não havia dificuldade (...). Pedia pra falar com o delegado, entregava o dinheiro. Pra quem não sabia, passava despercebido", afirmou.

No depoimento, Araújo também diz que os bicheiros faziam pagamentos de R\$ 30 mil mensais ao promotor — atualmente aposentado — Homero das Neves Freitas Filho, que atuava junto à DH e foi responsável pelo caso Marielle em seus primeiros seis meses. De acordo com o miliciano, Freitas Filho e a DH sabotavam, em conjunto, as investigações para que um posterior arquivamento fosse inevitável. "Há vários casos que o Dr. Homero atuava com o que eles chamavam de 'enxugar o inquérito'. Como é que funciona isso? Eu sou amigo ou eu pago para ser amigo. Então, ele evita produzir prova contra mim. Como assim? Existe uma filmagem do local onde houve o homicídio. Eu sei que essa busca e apreensão por mais de 30 dias. Por quê? Porque toda gravação se renova com 30 dias. Então, eu só libero depois de 30 dias. Por-

que eu já tenho a certeza de que o que estava gravado já foi apagado. Era dessa forma que se trabalhava", disse o miliciano.

No relatório final do caso Marielle, a PF critica a atuação de Barbosa e Freitas Filho nas investigações de homicídios: "Essa combinação explosiva entre a pernicioso atuação da Delegacia de Homicídios e a omissão do controle externo promovido por Homero é, sem dúvidas, uma das importantes variáveis da equação que culminou com o atual cenário da Segurança Pública no Rio".

A DEFESA

Procurado pelo GLOBO, Freitas Filho afirmou, em nota, que o depoimento de Araújo é "uma tentativa desesperada de se livrar das imputações que lhe foram feitas, sem qualquer consciência, por óbvio, corroboração". Segundo o promotor, ele nunca soube da existência da acusação e jamais foi chamado para dar qualquer explicação. "Está havendo uma inversão de valores, em que um criminoso sem nenhuma credibilidade acusa e coloca em dúvida o trabalho de quase 30 anos de um promotor de Justiça". Já o advogado Alexandre Dumans, que defende Rivaldo Barbosa, afirma que seu cliente nega veementemente ter recebido propina para sabotar investigações.

— Se existe alguma omissão, dolosa ou culposa, cada inquérito desses tem que ser examinado separadamente. Essa análise não pode ser feita com base num depoimento sem prova nenhuma que o corrobore.

ARTIGO

## A grande oportunidade: o caso Marielle e as perspectivas para uma nova Polícia Civil

DANIEL HIRATA E CAROLINA GRILLO

Marielle Franco perdeu a vida pelo combate às articulações entre as milícias e o poder público, segundo relatório de inquérito da Polícia Federal divulgado no último domingo. A prisão dos mandantes de sua execução parece ter esclarecido o caso, mas novos caminhos podem ser abertos no enfrentamento ao favorecimento estatal à expansão de grupos armados. A defesa da institucionalidade democrática no Rio de Janeiro depende de que as investigações do caso Marielle e Anderson se desdobrem para identificar e desarticular os grupos criminosos que se instalaram no interior do Estado, principalmente nas polícias e, particularmente, na Polícia Civil.

A Polícia Federal aponta que a cúpula da Polícia Civil atuou: 1) no planejamento do crime, impondo condições a respeito de como e onde o assassinato da vereadora deveria ocorrer; 2) na obstrução da justiça, ignorando provas e seguindo linhas de investigação equivocadas para atrapalhar a elucidação do caso; e 3) em associação com o crime organizado, participando ativamente da complexa rede criminal que submetia o poder legislativo e órgãos de fiscalização aos interesses da produção imobiliária miliciano. Assim, urge que as gestões de Rivaldo Barbosa e de seus sucessores sejam reavaliadas de perto e que investigações impor-

tantes sejam reabertas. Tanto as que envolvem lições da contravenção citadas na delação de Ronnie Lessa, quanto os casos em que há indícios de irregularidades visando à proteção de policiais, como o do assassinato das crianças Emily e Rebecca. É fundamental que este processo de revisão seja acompanhado de ações estruturais, que coloquem no horizonte uma nova Polícia Civil. Dentre elas, destacamos três medidas.

CAMINHOS DA MUDANÇA

Em primeiro lugar, um novo desenho institucional da Polícia Civil que inviabilize os espaços de negociação espúria entre política e polícia,

transformados numa zona de interesses promíscuos incompatíveis com a atividade policial. A Polícia Federal revelou que a Delegacia de Homicídios recebia propinas regulares para atuar de forma seletiva nas investigações, desviando o propósito da centralização investigativa e convertendo-a num balcão de negócios. É fundamental desarticular as engrenagens que possibilitam o cerceamento do trabalho de policiais honestos por parte de chefes corruptos.

Em segundo, é preciso conferir autonomia à polícia científica para atuar na elucidação de homicídios a salvo intervenções. O Rio é o único estado no Brasil em que a direção da polícia

científica é ocupada por delegados em lugar de peritos. A efetiva autonomia funcional, financeira e técnica das perícias foi substituída pela subordinação destes aos delegados titulares, sob a liderança de Rivaldo Barbosa, segundo nota do Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, mas não menos importante, deve-se ampliar as camadas do controle democrático da atividade policial, a fim de obrigar as polícias a prestarem contas de suas atividades e, assim, limitar as oportunidades de usarem seu poder para praticar crimes, enriquecer ilícitamente e assegurar a própria impunidade. O modelo mais bem sucedido em todo o mundo é o das *oversight commissions*, em que representantes da sociedade civil fiscalizam o trabalho policial. Esta é uma das medidas mais eficazes contra a corrupção e a brutalidade policial, quando analisada sob o prisma das revisões sistemáticas baseadas em evi-

dências, mas ainda não foi implementada no Brasil.

Em suma, o momento é singular: abre-se uma oportunidade para caminhar em direção a uma nova polícia, mais transparente, eficiente e democrática. As medidas mencionadas foram apresentadas ao Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF 635, e aprovadas pelo CT "polícia cidadã" no Conselho Nacional de Justiça, composto por representantes das polícias, do sistema de Justiça e da sociedade civil. As propostas estão na mesa. Cabe agora às autoridades atenderem aos anseios da sociedade por uma polícia que respeite a Lei. Chegou a hora de honrar a memória de Marielle Franco e agir contra a captura do Estado pelo crime e em favor da democracia e da defesa da vida, as causas pelas quais ela lutou.

**Daniel Hirata e Carolina Grillo**, coordenadores do Grupo de Estudos dos Novos Legados da Universidade Federal Fluminense